



1 **ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 16/02/2016**

2 Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do
3 Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDSDH –
4 localizada à sede da Prefeitura do Recife – sexto andar, quatorze horas e quinze minutos,
5 em segunda convocação, teve início a Reunião Plenária Ordinária do CMAS, sob a
6 coordenação da Presidente Maria de Lourdes de Sousa, com a seguinte pauta: **1. Leitura e**
7 **aprovação da Ata da reunião plenária do dia 17/12/2015; 2. Demonstrativo sintético**
8 **quadrimestral – Sistema de transferência automática e regular de recursos financeiros**
9 **do governo do estado – Fundo a Fundo – FAF – 3º quadrimestre do ano de 2015; 3.**
10 **Programa Vida Nova – Redistribuição de metas e ampliação por RPA; 4. Apresentação**
11 **das demandas das Comissões: Comissão de Normas e Fiscalização, Comissão de**
12 **Orçamento e Finanças e Comissão de Articulação e Política; 5. Informes gerais.**
13 Estiveram presentes os/as seguintes Conselheiros/as: Ana Maria de Farias Lira – SDSDH;
14 Maria de Lourdes de Sousa – Casa Menina Mulher – CAMM; Maria Lucia Barbosa da Silva –
15 Secretária de Saúde; Jara Pereira Lins – Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano; Maria
16 Luisa Vita – Secretaria de Turismo; Marcos Mucarbel – Conselho Regional de Psicologia –
17 CRP; Telma Muniz – CIEE; Lucineide Vaz de Carvalho Amorim – Assobecer; Rejane Maria
18 Pereira da Silva – Grupo de Mulheres Cidadania Feminina; Maria Thereza Almeida Antunes
19 – ASPAD; Andréa Silveira Mascarenhas – APABB; José Roberto – Associação
20 Pernambucana de Cegos – APEC; Valéria Cristina – CERVAC; Anyse Caroline – O Pequeno
21 Nazareno; Elisabete Ferreira de Almeida Duarte – Instituição de Caridade Lar Paulo de
22 Tarso; Rosângela Maia de Andrade – Instituto de Pesquisa e Estudos da Terceira Idade –
23 IPETI; Adailza de Oliveira Nascimento – SBB; Eliane Maria de Castro – Inspetoria Salesiana;
24 conforme frequência anexa. A Presidente Maria de Lourdes de Sousa (Lourdinha) iniciou a
25 reunião saudando a todos/as e lembrando que este Pleno é o primeiro do ano de 2016.
26 Solicitou que todos/as conselheiros/as se apresentassem em vista da participação de uma
27 nova conselheira, Anyse Carolyne, a qual iniciou sua apresentação seguidas dos/as demais
28 presentes. A mesma é representante da Entidade Pequeno Nazareno, na qual atua como
29 Assistente Social. Prosseguindo fez a leitura da pauta do dia, facultando a oportunidade,
30 caso alguém deseje, acrescentar outro ponto de pauta, informando que ela mesma quer
31 acrescentar o **Planejamento Estratégico do CMAS para os próximos dois anos**, o que foi
32 aprovado. A Conselheira Maria do Livramento, (Lívia) também apresentou outro ponto que é
33 o Seminário Estadual sobre a Rede Socioassistencial e a Microcefalia, justificando que deve
34 ser colocado como ponto de pauta e não como informe para que haja uma deliberação de
35 quem vai, no entanto foi visto que de fato isto entra como informe. Em seguida, passou-se
36 ao primeiro ponto de pauta referente **1. Leitura e aprovação da ata da reunião plenária do**
37 **dia dezessete de dezembro de dois mil e quinze.** Nesse sentido, consultou todo/as
38 quanto à leitura prévia, visto que foi enviada para o e-mail e das possíveis contribuições ou
39 ajustes propostos, destacando que ela mesma destacou alguns, que no seu caso são
40 apenas correções, consultou a plenária, se procede a uma nova leitura da ata ou se apenas



41 destaca os pontos a serem corrigidos, foi escolhida a leitura apenas dos pontos para
42 correções. Então a Presidente Lourdinha destacou, na linha vinte e oito: onde está
43 registrado que alguns conselheiros justificaram a ausência, que seja informado quais órgãos
44 representam. Outro ponto seria que não consta o nome da entidade que a mesma
45 representa, no entanto, é de praxe serem colocados todos os nomes e entidades que
46 representam na lista de presentes, de modo que já consta em seguida ao nome, acima, na
47 relação de presentes. Ainda na linha cinquenta e nove, no que se refere à formação
48 continuada na área de orçamento. A conselheira ressalta que nesse sentido não seria um
49 conserto e sim talvez seja um encaminhamento no sentido de ver como resolver. Na linha
50 cento e dez seria um retorno a respeito de encontros com Conselhos setoriais, que
51 imediatamente foi dado o retorno de que já está sob a orientação da Comissão de
52 Articulação e Política, e uma data prevista para realização de um fórum. Na linha cento e
53 dezenove, também seria um retorno a respeito de uma agenda com a primeira dama do
54 Recife. Também pediu a correção do seu nome, que em algumas linhas foi grafado Lurdinha
55 quando o correto seria Lourdinha. Por fim, na linha cento e trinta e nove, dá a entender que
56 a conselheira que fala está representando o Banco de Alimentos, para corrigir que a mesma
57 representa o CMAS. Após a leitura da aludida ata, conforme texto transcrito a seguir: “A
58 Presidente Lourdinha trouxe o retorno da viagem realizada pela mesma acompanhada da
59 técnica Elza, representando o CMAS, a, para visitar a COOPEAFA, Camocim de São Félix,
60 e Sairé com visitas a plantações, e ao frigorífico FRIBEEF em Bezerros, a convite de
61 Isolda, representando o Banco de Alimentos e a participação de Rafael e Rodrigo,
62 representantes da CONAB”, Foi verificado que não é necessária a correção. A conselheira
63 Maria do Livramento (Lívia) trouxe um questionamento quanto ao que está registrado à linha
64 trinta e oito, que trata da Casa Frei Francisco, a qual a mesma representa. A conselheira
65 deseja trazer um posicionamento a respeito desse tema se houver tempo porque não estava
66 presente na reunião passada. Não havendo mais nada a acrescentar passou-se ao segundo
67 ponto de pauta **2. Demonstrativo sintético quadrimestral – Sistema de transferência**
68 **automática e regular de recursos financeiros do governo do estado – Fundo a Fundo –**
69 **FAF – 3º quadrimestre do ano de 2015** que, segundo a Presidente Lourdinha sugere, não
70 será falado, visto que não foi ainda concluído. Ressalta que na manhã de hoje houve uma
71 reunião da Comissão de Finanças, da qual participaram Jeferson Luiz , Gerente Geral de
72 Administração e Finanças da SDSDH e Gabriel Medeiros , também representantes da
73 Gerência de Finanças . Foi dada a palavra à Conselheira Elizabete, coordenadora da
74 referida comissão, para informar sobre esta matéria. A conselheira informou que no dia vinte
75 e cinco de janeiro deste ano, quando foi apresentada a prestação de contas e encontradas
76 incorreções. Em função disso demandou uma visita da Conselheira Elizabete juntamente
77 com a Presidente Lourdinha à Cozinha Comunitária onde foi constatado que os serviços
78 apresentados como realizados não haviam sido feitos de fato. Ante a realidade a Comissão
79 se posicionou que não aprovaria a prestação de contas até que conste corretamente na nota
80 fiscal o que e onde foi realizado o serviço e que a Construtora se pronunciasse evidenciando



81 de fato que recebeu antecipadamente. Hoje a Comissão de Finanças se reuniu e,
82 novamente compareceram Jeferson, Gabriel e Ester. Mais uma vez não foi concluída a
83 aprovação da prestação de contas, até que seja evidenciada a correção da documentação
84 necessária. Nesse sentido a mesma conselheira destaca a importância do papel do
85 Conselho que no futuro será cobrado, caso não tome o cuidado de corrigir equívocos
86 percebidos. Ficou para os representantes da gerência de finanças mandarem o documento
87 pedido para então se fazer nova reunião. A Presidente Lourdinha referiu que o representante
88 da gerência de finanças assumiu que constatou que houve erro humano, mas ainda está
89 tomando as devidas providências para corrigir. A Conselheira Elizabete ainda relatou que se
90 faz necessária uma ressalva nas justificativas e evidência da correção. A Conselheira Maria
91 do Livramento (Lívia) perguntou se ficou agendada nova reunião, ao que a Conselheira
92 Elizabete respondeu que ficaram de dar retorno ainda hoje para então, de base desta
93 documentação poder ser retomada a reunião. Por fim, Lourdinha referiu que ficaram de fazer
94 uma consulta ao Estado, porque houve inclusive mudança de rubrica e reiterou o papel do
95 Conselho como parceiro nesse processo, mas parceiro naquilo que é legal, tendo em vista
96 que o Conselho será responsabilizado igualmente caso deixe passar equívocos. A
97 Conselheira Elizabete trouxe a preocupação de que fique evidenciado na ata que a
98 Comissão fez todo esse processo de acompanhamento. Ato contínuo passou-se ao terceiro
99 ponto de pauta que é **3. Programa Vida Nova – Redistribuição de metas e ampliação por**
100 **RPA.** A esse respeito, a própria presidente apresentou este tema que também foi tratado na
101 Comissão de Finanças com ***Ester Martins Pereira, Chefe de Contabilidade da SDDSH.*** e
102 apresentados alguns questionamentos em relação às metas, visualizadas em uma planilha
103 que foi disponibilizada, segundo a qual ficou evidente que há recursos, que foi feita a
104 transferência. Dentre outros questionamentos estão: como fica o Programa Vida Nova em
105 relação às metas? O que vai acontecer com o CJ? Porque o CJ vem executando apenas
106 sessenta metas enquanto existem cento e quarenta metas que não estão sendo executadas.
107 O município devolve para o estado essas cento e quarenta metas? Outro questionamento
108 diz respeito aos editais que já ocorreram e que contemplaram só as RPA's um e seis. Ou
109 seja, o que foi pedido a respeito do citado programa é que seja dada a possibilidade de se
110 acompanhar o andamento e o cumprimento das metas propostas. Porque como Conselho a
111 preocupação e mesmo inquietação diz respeito às metas que não estão sendo executadas e
112 que possa ficar consciente, a nível de resíduo de metas o que está sendo feito. A
113 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) interveio propondo ampliar esse questionamento:
114 “desde quando estas metas foram postas para serem cumpridas? Quando elas começaram
115 a ser cumpridas com esse grupo de instituições que já está executando? E, qual é o prazo
116 que a gente tem para prestar contas?” A conselheira ressaltou que não acha que é uma
117 questão que só desses programas, pois como já havia falado a questão das duas
118 instituições na outra linha, da qual, uma das duas participava, e teve que rescindir o contrato
119 e pedir o desligamento exatamente por isso, então, continuou a mesma conselheira, precisa
120 de resposta nesse sentido: “desde quando tá acordado e até onde vai e qual é o tempo que



121 a gente tem pra responder”. Justifica ainda que “fica muito preocupada quando está fazendo
122 o trabalho, vê na ponta a necessidade e não consegue ter de realidade efetivo aquilo que é
123 pra realizar. A Sra. Valéria respondeu, destacando o processo de repasse e explicando que
124 o Programa Vida Nova não se destina exclusivamente às RPA’s um e seis, mas sim,
125 preferencialmente, então, as RPA’s um e seis pontuariam mais alto considerando que essas
126 são as áreas de maior incidência de rua e risco. Destacou que foi lançado o edital em dois
127 mil e catorze mas, nenhuma entidade foi habilitada, na época participara três ou quatro
128 concorrentes, de modo que foi feito um ajuste, citando como exemplo que constava ambos
129 os sexos, porém, para contemplar entidades que só atendiam meninas foi colocado, um dos
130 sexos e relançado o edital. Também ressaltou o ponto de que o edital não dá exclusividade
131 às RPA’s citadas, mas sim, dá preferência, tanto que houve entidade de San Martin
132 participando. Explicou ainda que por conta da estrutura para monitoramento foi estabelecido
133 o número de cinco entidades, mas que o interesse é se criar retaguarda para o serviço de
134 convivência. O primeiro repasse ocorreu em novembro de dois mil e quinze, então considera
135 que ainda está na fase inicial de execução, desse modo, somente as entidades que não
136 fariam recesso começaram a executar, enquanto que as que fariam recesso foram
137 orientadas para só iniciarem depois do recesso. Destacou também que o momento ainda é
138 de ‘alinhar’ como será, porque sessenta por cento das metas poderão ser da própria SDSDH
139 e os quarenta por cento restante para a demanda dos Conselhos Tutelares, do Poder
140 Judiciário. Por fim, expôs que as equipes de CREAS são muito deficitárias ainda, e acredita
141 que chegando mais gente esses encaminhamentos serão de forma mais célere, portanto, o
142 compasso ainda é lento por conta da estrutura deficitária, citando como exemplo que uma
143 equipe para acompanhamento de Medidas sócio-educativas possui quarenta pessoas, ao
144 passo que o PAEFI conta com apenas sete ou oito para o Recife como todo. Finalizou
145 informando que a idéia é que seja relançado o edital ainda neste semestre. A Conselheira
146 Maria do Livramento (Lívia), indagou ainda qual é o prazo para prestação de contas com o
147 governo. A Sra. Valéria respondeu que o governo do estado estabeleceu o final de dois mil e
148 quinze, o começo da execução, senão teria que devolver, e oficialmente não houve novo
149 posicionamento do Estado nesse sentido e a SDSDH deu a devolutiva de que estava em
150 processo, com cópia do edital, cópia do resultado do que tinha sido feito, entendendo que
151 ainda está em início do processo de execução, considerando que o repasse ocorreu bem no
152 final do ano. Foram feitas reuniões com famílias nas entidades, famílias estas, ou do
153 trabalho infantil ou que estão sendo acompanhadas pelo PAEFI, considerando ainda que
154 estão sendo construídas as exceções e que a idéia é que até o final desse semestre seja
155 relançado o edital. As entidades atualmente contempladas são: Casa de Passagem e Casa
156 Menina Mulher e a do Centro Educacional Profissional do Flau. A Conselheira Maria do
157 Livramento (Lívia) pediu a palavra e chamou a atenção para o fato de que “vem
158 acompanhando esse trabalho, esse estabelecimento de atendimento de fluxo como um
159 processo bastante difícil. Difícil no sentido de que os editais que foram lançados parece que
160 as ONG’s não conseguiram alcançar o que era solicitado. E que também vem



161 acompanhando através dos fóruns e dos conselhos as reuniões das instituições. A
162 conselheira continuou destacando que “a gente sabe que vem acontecendo uma mudança
163 grande, que o processo público está em andamento, mas a gente sabe também não está
164 lidando com instituições que começaram agora. A gente está lidando com instituições que
165 tem saber, tem conhecimento. Então, todo esse processo de formalizar no edital o
166 atendimento das metas, e, o atendimento do público que a gente precisa fazer em conjunto
167 com o governo ele é fundamental. Agora, houve muita trave no relançamento, várias vezes
168 de editais. A gente teve reunião, tentou fazer uma conversa, uma aproximação maior, mas
169 acho que esse momento agora é crucial. Porque, posso te dizer com muita tranquilidade,
170 nós tivemos reuniões aqui para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, que
171 este percentual respeitado pra instituição receber pelo atendimento, encaminhamento da
172 Prefeitura. Nós só recebemos três faturas. Posso dizer com muita tranquilidade, como a
173 instituição tá na comunidade e ela tem uma aproximação grande com a comunidade ela foi
174 fazendo e foi aberto esse precedente pra que a gente fosse recebendo as crianças e os
175 adolescentes. Agora, isso aponta pra gente como a gente precisa trabalhar mais conjunto. É
176 muito difícil fazer o atendimento, chegar no quarto mês e a gente chegar pra criança, pra o
177 adolescente e dizer: olha, o projeto encerrou. Vocês não imaginam com que dor a gente teve
178 que fazer isso. Foi muito difícil a gente ouvir das crianças: ‘por que que eu não posso ficar
179 aqui? Eu tô fazendo alguma coisa errada?’ Veja, o que não passa na cabeça da criança.
180 Então é fundamental que a gente consiga construir um edital agora, conjunto, que a gente
181 possa fazer isso funcionar. Porque, da forma como tá vindo não tem atendido e as
182 instituições estão aguardando esse momento. Não sei como fazer, eu sugeriria que a gente
183 sentasse numa mesa e construísse conjunto. Acho que é fundamental que a gente respeite
184 tanto de um lado quanto do outro os conhecimentos. Agora, pra construir um edital desse, a
185 gente tenha resultado na ponta, porque as crianças permanecem lá. Elas continuam
186 esperando. E a gente não tem como remanejar isso que você falou: tem instituição que
187 atende só menina tem instituição que atende só uma faixa de idade. Então tem,
188 historicamente aquela prática e que não é coisa fácil da gente ir fazendo os ajustes segundo
189 a política. A gente precisa de um tempo ainda pra ir vendo como é que isso vai se
190 remodelando. Mas nesse momento que tá agora, ou senta junto ou não consegue fazer.
191 Então por isso que eu perguntei a questão dos prazos, porque acho que é fundamental.
192 Porque não é interessante para o município, nem interessante para as ONG’s a devolução
193 de dinheiro quando a gente sabe que falta lá na ponta, um real faz a diferença. Então, não é
194 interessante pra nenhum de nós. E que a gente consiga fazer num prazo, mais urgente
195 possível, mais rápido possível um trabalho que possa efetivar pra essas crianças e pra
196 esses adolescentes. O que, eu posso falar em nome de vinte poucas instituições que a
197 gente vem acompanhando no fórum, e elas estão pra marcar uma hora, pedir uma hora com
198 a Prefeitura pra poder ver como é que retoma esse processo, e que possa construir um novo
199 edital que responda de fato, tanto pra o que a política vem apontando, quanto pras ONG’s
200 do atendimento que elas continuam fazendo, mesmo sem ter um real, não sei com que



201 mágica, não sei, eu acho que é o desejo de permanecer que faz com que a mágica
202 aconteça. Então, eu queria deixar isso registrado em ata, pra que a gente possa, no prazo
203 menor possível ta tentando construir isso. Trago isso como porta-voz do Fórum das
204 entidades, para que se tente marcar uma data o mais breve possível e tente construir um
205 edital que dê resposta pra essas crianças e pra esses adolescentes”. A Sra. Valéria
206 retomou, explicando que estão sendo falados dois processos diferentes que inclusive a
207 Comissão avaliadora de um não é o mesmo. Porque, os editais do CCA e CJ saíram por
208 outro grupo pela Proteção Especial de Média, outra comissão. Contudo, a Conselheira Maria
209 do Livramento (Lívia) rebateu que “o problema é o mesmo quando chega na ponta e não
210 efetiva”. A Sra. Valéria insistiu que avalia que duzentas e vinte metas como teve sucesso
211 esse edital, reforçando que a Casa de Passagem teve quarenta metas e o Centro
212 Educacional Profissional do Flau teve sessenta metas. Que são, cento e vinte pra CCA e
213 cento e quarenta pra CJ, que ainda estão em aberto porque as próprias entidades não
214 concorreram ao limite máximo permitido, seja por capacidade instalada ou qualquer outro
215 fator. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) retomou a fala reafirmando “eu continuo
216 dizendo que a gente precisa sentar junto porque não há o impedimento nem daqui nem de
217 lá. Há uma dificuldade ainda de escuta dos dois lados, que a gente sabe que um faz e o
218 outro demanda, a gente consegue construir.” A Sra. Valéria retomou a palavra para explicar
219 que, “inclusive, as entidades que concorreram pra os Serviços de Convivência, muitas delas
220 a gente quis que ficasse e, as entidades não estão muito dispostas a trabalhar com público
221 de risco, querem escolher. O Programa Vida Nova, o desenho de edital, praticamente vem
222 pronto do governo do estado. As normativas técnicas do Vida Nova tem lá que eu não posso
223 fugir. Inclusive alguns planos de trabalho a gente precisa rediscutir com as entidades, o que
224 a gente vê é um projeto apresentado mas, no plano de trabalho alguma outra nuance que
225 procura desviar do programa, sobre faixa etária, sobre, situação de risco mesmo” A
226 Conselheira Maria do Livramento (Lívia) indagou se, “depois que houve essa aprovação,
227 houve alguma reunião com as instituições”? e a Sra. Valéria respondeu que não, só com
228 quem foi aprovado. A Presidente Lourdinha interveio para “contribuir no que Lívia ta
229 colocando, levar assim pra vocês, é o seguinte: qualquer recurso que você recebe, seja a
230 origem que seja, eles tem prazos. Isso é um fato, eles têm prazos. E eu to fazendo uma
231 pergunta bem direta: esse recurso, ele tem prazo pra ser executado ou não? Ele pode ficar
232 num caixa da gestão e ela ficar de ano pra ano? Essa é uma questão. E, se ele tem um
233 prazo, como é que tá esse prazo? Tá estendido? Ele tá curto? Como é que ele tá? A Sra.
234 Valéria respondeu que não teve uma resposta de dezembro pra cá. A Presidente Lourdinha
235 continuou, porque veja, se chegou em dois mil e treze a gente tem que correr, porque a
236 situação tá aí. Seja uma situação de risco, enfim, mas de risco não é? Se não fizer uma
237 prevenção vai tá todo mundo no meio da rua, outro problema, um problema maior. A Sra.
238 Valéria refutou que a prevenção não é do Programa Vida Nova. Mas a Presidente Lourdinha
239 insistiu que se não estiver acontecendo um trabalhos, a coisa vai ficar pior ainda. Então,
240 hoje, esse número que a gestão municipal disponibiliza, de duzentas pra o CCA1, duzentas



241 pra o CCA2, daqui a pouco vai ser insuficiente. To só colocando essa reflexão. Então, de
242 forma bem objetiva, tudo bem, vocês tem como Lívia colocou, é uma contribuição; precisa
243 ouvir, precisa discutir, pra que a gente, o que se quer? A gente quer fortalecer a política do
244 município. Eu acho que esse é o nosso objetivo, as organizações são do governo do estado.
245 Do estado, falo como um todo. E aí, o CJ, vou falar só um exemplo. O CJ, existe cento e
246 quarenta metas, e aí? Vai, tem a intenção de abrir, relançar? Foi respondido que será até de
247 junho. A Presidente Lourdinha continuou: Se tem a intenção, fica bem, ta entendendo? A
248 Sra. Valéria reiterou: até trinta de junho. A Presidente Lourdinha retomou: Porque aí vocês
249 também podem trabalhar com tempo pra que a coisa também não estoure dois mil e
250 dezesseis, depois a gente olhe pra aquele quadro e ta lá. A Sra. Valéria reafirmou que foi
251 lançado edital em dois mil e catorze e em dois mil e quinze e respondemos ao estado em
252 dois mil e quinze, e, qual era o processo? Eles não nos responderam ainda se a gente
253 precisa devolver o que a gente não executou. Eu acredito que não, porque não teve em dois
254 mil e treze e dois mil e catorze. A Vice Presidente Ana Farias interveio para explicar que no
255 nível a Política nacional não existe essa medida de devolução. Existe a figura da
256 reprogramação. Então por exemplo, se você tem duzentos mil pra receber até trinta e um de
257 dezembro de dois mil e quinze, você não recebeu, ou você não executou, então a diferença
258 para dois mil e dezesseis, ela vai ser pactuada lá na CIT, porque aí é lá em cima, então aí a
259 Resolução da CIT, do Conselho Nacional, como é que vai tratar a questão ligada aos
260 municípios. Porque isso diz respeito diretamente à execução do município. Então essa figura
261 da devolução não existe mais. Também não existe acumulação. Por exemplo: duzentos mil
262 para dois mil e quinze e mais duzentos mil para dois mil e dezesseis, não tem. O que tem é
263 o seguinte: se você não executou os duzentos mil de dois mil e quinze, executou cem, então
264 esses cem será reprogramado pra dois mil e dezesseis com mais algum um acréscimo, que
265 você, se a previsão é de duzentos mil de novo para dois mil e dezesseis, então você pega
266 os cem e bota mais cem. Aí faz a complementação e faz os ajustes aí. A lógica da Política
267 nacional hoje tem sido essa. Justamente para não penalizar os municípios e também pra
268 estimular, porque, qual é o grande problema hoje? Nos municípios de uma maneira geral,
269 não to falando do Recife, to falando dos municípios de uma maneira geral é a dificuldade da
270 execução e da execução compartilhada e não somente da execução compartilhada, porque
271 aí, nem todos os municípios, o que Valéria trouxe é uma realidade, de todos os municípios
272 brasileiros hoje, a dificuldade de equipe, a falta de pessoal, aí você tenta parcerizar com a
273 sociedade civil, mas a sociedade civil também muitas vezes não consegue atender a esse
274 convite então é um campo ainda não resolvido. A Sra. Valéria complementou: embora a
275 gente tenha identificado muita criança em situação de risco que a gente não vem
276 acompanhando, são as que a gente tem com o CEAS que é o Centro Especializado em
277 Abordagem são acompanhadas na abordagem diariamente, ou nos eventos que a gente faz,
278 como são famílias em situação de risco, o que que a gente fez agora? Utilizamos o banco de
279 dados pra fazer o convite às famílias, a gente fez o convite às famílias para inserção no
280 Programa Vida Nova. Mas não vem, nem todas vieram, teve uma reunião que foi maior, que



281 tinha bem mais gente. Mas porque tinha a oferta do contra turno. Ou algumas ONG's que
282 estão fazendo o trabalho do contra turno, mais próximo da casa e, não estão concorrendo e
283 estão auxiliando nesse trabalho tentando sensibilizar. Nesse sentido ressaltou que vai
284 trabalhar com o Plano de Acompanhamento Familiar que é de adesão voluntária. A família
285 deverá ser acompanhada, mas será respeitada caso não queira ser, a menos que seja, o
286 menino ou a menina que deva seu engajamento à justiça. Ana Farias retomou a fala para
287 dizer no estado de Pernambuco existe um grande volume de municípios que não consegue
288 executar os recursos do CEAS, que quem tem essa informação é Ana Rita, devido ao cargo
289 de coordenação que ocupa no Colegiado de Gestores Municipais. Há pouco tempo beirava
290 os oitenta por cento. Segundo Ana Farias, isso traz problema quando se vai pra mesa de
291 negociação discutir aumento do dinheiro para a Assistência Social, o pessoal do
292 planejamento e das finanças apontam a falha na execução, usando como argumento contra
293 o aumento. Continuou relatando que esse é um problema que vem sendo tratado na área do
294 pacto da gestão federativa, no pacto junto com o pessoal dos municípios, através do
295 Colegiado de Gestores Municipais, que é o acompanhamento na ponta e que isso tem um
296 reflexo muito grande nessa execução. "A gente sabe da necessidade, sabe da carência, o
297 recurso não é suficiente, mas existem alguns que não conseguem executar. É o grande
298 desafio da construção da nossa política". A Sra. Valéria retomou a fala, explanando que a
299 sua expectativa é positiva com a seleção que consiga ter o PAEFI e com o novo edital. A
300 Conselheira Maria do Livramento (Lívia), indagou se existe um prazo para a recomposição
301 das equipes. Foi respondido que o edital para a seleção simplificada deve sair no final deste
302 mês de fevereiro. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia), indagou se existe a
303 possibilidade de se ter essa estrutura funcionando? Quando? Porque, por exemplo, na RPA
304 1 não tem o CRAS e, historicamente é onde se encontra o maior número de ONG's.
305 Chamou a atenção para a gravidade do que ocorre hoje, com a falta de equipe fixa,
306 chamando a atenção que fica muito difícil para qualquer pessoa ir a um lugar e a cada vez
307 tem uma pessoa diferente para atender. É preciso ter a pessoa lá, que se conheça
308 pertencente àquele lugar. Então reiterou a pergunta: existe um prazo? está previsto um
309 tempo para a recomposição das equipes? Então a mesma conselheira chamou atenção para
310 a dificuldade de quem precisa do serviço e a cada dia vê uma nova equipe. Considera
311 gravíssima esta situação que afeta todo mundo esse rodízio que é feito e que afeta
312 diretamente. A Sra. Valéria complementou que não há rodízio porque não tem servidor, não
313 há pessoas para isso. Explicou por fim que o edital para seleção sairá até o final de
314 fevereiro. Foi complementado que estão sendo disponibilizadas cem vagas, devendo ser
315 cumpridos trâmites de análise e os prazos legais. A Gerente da GGSUAS, Sra. Ângela
316 participou para retomar a questão colocada no início pela Conselheira Maria do Livramento
317 (Lívia), referente à interrupção do convênio com a Casa Frei Francisco, explicando que a
318 prefeitura vem caminhando para resolver a questão lá, e que em quinze de janeiro foi
319 solicitada a formalização como foi solicitado o termo de encerramento do convênio,
320 solicitado pela entidade, e ainda irá fazer o repasse de valores devidos e a gestão formaliza



321 o encerramento do convênio, lembrando que este é um processo diferente do CCJ, que foi o
322 que a Presidente Lourdinha colocou. Destacando a pessoa e que as condicionalidades
323 devem ser cumpridas também pelas instituições ressaltou a importância do diálogo e a
324 clareza de que existem fragilidades de ambas as partes. A Conselheira Maria do Livramento
325 (Lívia) perguntou se há previsão de abertura de edital, ao que a Gerente da GGSUAS, Sra.
326 Ângela informou que não. Informou ainda que no momento está acontecendo um processo
327 de credenciamento, porém, não dispõe no momento das informações mais detalhadas e se
328 compromete a na próxima oportunidade trazer esses dados, uma vez que se trata de um
329 procedimento com legislação específica. A Presidente Lourdinha comentou a importância
330 dessa prática do diálogo, considerando que as informações foram trazidas por quem está na
331 ponta, ressaltando a responsabilidade dos/as conselheiros/as na manutenção desse diálogo.
332 E reiterou a necessidade de um retorno e apresentação do resultado desse processo até
333 julho, ou, tão logo seja finalizado. Disponibilizou mais uma vez a palavra, que foi retomada
334 pela Ângela que destacou mais uma vez que consta no edital que preferencialmente as
335 RPA's um e seis, e não exclusivamente. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) reiterou
336 a importância e a pauta colocada pelo Fórum de entidades para uma interlocução com a
337 Assistência Social através da SDSDH, destacando que as entidades continuam atendendo,
338 mas estão pedindo socorro. A Presidente Lourdinha pediu a palavra para trazer mais uma
339 contribuição; "na análise dos projetos, quem for ao comitê ou equipe, sempre estar
340 analisando os projetos, à luz dos estatutos das instituições." Destacou que isso é muito
341 importante e que, inclusive, no primeiro edital a instituição que a mesma representa, (Casa
342 Menina Mulher), não conseguiu em função da especificidade do atendimento, que é só
343 feminino, que segundo Lourdinha, a entidade foi constituída com o objetivo específico de
344 atender esse perfil, ficando com pontuação zero. Continuou chamando a atenção de que o
345 próprio nome da instituição já aponta sua especificidade. Nesse sentido reiterou a
346 necessidade de um cuidado de quem vai analisar os processos para se ater aos estatutos.
347 Ângela trouxe sua preocupação com respeito à demanda de meninos pelos serviços
348 previstos no edital, que foi modificado para contemplar instituições que restringem o perfil,
349 trazendo o dado de que, num universo de duzentas e vinte entidades que atendem crianças
350 e adolescentes em situação de risco, cento e oitenta só atendem meninas. Ana Farias pediu
351 para complementar que esta história bate também com a história do IASC, muito embora a
352 situação posta a respeito das entidades diz respeito à Média Complexidade, enquanto que o
353 IASC labuta na Alta Complexidade. No entanto, conforme ressaltou, a situação se agrava na
354 medida em que o ECA preconiza que não pode haver separação de irmãos. Em função
355 disto, todas as casas de acolhida do IASC são mistas. E exemplifica com o caso de seis
356 irmãos/ãs que foram encaminhados/as para acolhida, com faixa etária bem extensa, mas por
357 força da lei teriam que ser colocados na mesma casa, e destacou toda a logística necessária
358 para viabilizar o convívio nos casos em que for imperativa a separação. Continuando, Ana
359 Farias problematizou a realidade na qual, as casas de acolhida do IASC são obrigadas a
360 cumprir a legislação ao passo que as entidades públicas seguem mantendo as restrições. E



361 finalizou salientando que esta é uma discussão que terá que ser colocada na mesa do
362 Fórum de entidades, fazendo a ressalva de que compreende as missões institucionais, mas
363 que na prática não é assim e propõe que seja construída uma nova história. Facultada a
364 palavra a não havendo quem desejasse fazer uso da mesma, passou-se ao quarto ponto de
365 pauta que é 4. **Apresentação das demandas das Comissões: Comissão de Normas e**
366 **Fiscalização** – que é coordenada pelo Conselheiro Marcos Mucarbel que justificou que em
367 função das entidades fazerem recesso no mês de janeiro e a equipe técnica não pôde
368 realizar visitas. A comissão por sua vez teria reunião na manhã de hoje, mas devido a
369 impedimentos da maioria foi desmarcada, já que não havia demanda. Assim, ficou proposta
370 a data de oito de março pela manhã para a reunião da comissão, tempo em que a equipe
371 técnica terá retomado o cronograma de visitas. **Comissão de Orçamento e Finanças**, que
372 tem como coordenadora a Conselheira Elizabete Duarte, a qual explicou que a reunião
373 aconteceu em janeiro quando teve a presença do Gerente de Finanças Jeferson Luiz da
374 Silva e de Ester Martins. Também informou que foi estabelecido o cronograma de reuniões
375 até dezembro, segundo o qual ocorrerão sempre na mesma data do Pleno no horário das
376 dez horas da manhã. A Conselheira Maria do Livramento (Lívia) pediu a palavra para falar
377 sobre a Comissão de Normas e Fiscalização a respeito do que a referida comissão, da qual
378 a citada conselheira faz parte, e do que tem ouvido no contato com a equipe técnica, e daí
379 refletido a necessidade de retomar por RPA o trabalho, mas também fazer um encontro com
380 estas instituições que vem fazendo o seu trabalho, mas, na finalização não consegue
381 permanecer inscrito. Então, a gente tem conversado sobre um provável encontro nas RPA's
382 para alinhar um pouco mais, entendendo que isto contribui para o crescimento de todos e é
383 esse o objetivo do nosso trabalho. Destacou que isto está sendo ainda conversado e
384 provavelmente poderá ser apresentado no próximo pleno. Seguindo a pauta foi dada a
385 palavra para apresentação da **Comissão de Articulação e Política** cuja coordenação está
386 a cargo da Conselheira Ana Farias, que informou que estava marcada para acontecer a
387 reunião no dia vinte e seis de janeiro, porém, por motivos que já foram explanados não
388 aconteceu. Foi informado que tiveram uma conversa, leram as atribuições da Comissão e
389 tiraram uma pauta mínima, com o objetivo de no próximo ano estruturar uma programação
390 mais efetiva. Assim, será marcada nova data, inclusive para que seja estabelecido o
391 cronograma de reuniões ao longo do ano. A propósito, a Conselheira Maria do Livramento
392 (Lívia) informou que a Conselheira Inêz, que faz parte desta comissão, não pôde
393 comparecer ao Pleno porque sofreu uma queda e que em conseqüência quebrou a perna.
394 Ainda transmitiu que Inêz mandou um abraço para todos/as e que está se recuperando pra
395 voltar. A Presidente Lourdinha ainda destacou a proposta da Comissão de Articulação e
396 Política para a realização de um fórum, que também foi trazido pela Conselheira Maria do
397 Livramento (Lívia) da Comissão de Normas, de modo que se propõe uma agenda comum
398 entre as duas comissões para deliberar esse tema. Retomando, a Presidente Lourdinha
399 propôs a questão do Planejamento estratégico referente ao biênio dois mil e dezesseis/dois
400 mil e dezessete, destacando a necessidade de que seja trabalhado ainda no mês de março,



401 mesmo entendendo a dificuldade de agenda de todos/as, mas estimulando para que cada
402 um/a priorize e se comprometa para participar. Continuando, ainda propôs que aconteça em
403 dois dias, o dia todo. Então a Lourdinha já sugeriu duas datas que seriam: dezessete e
404 dezoito ou vinte e um e vinte e dois de março. A segunda proposta tem um complicador que
405 é ser a semana que antecede a Semana Santa. Além disso, apesar de não ter certeza da
406 viabilidade financeira, sugeriu que esses encontros ocorram fora da secretaria, pensando na
407 possibilidade de o trabalho ser feito sem interrupções. Nesse sentido a Conselheira Ana
408 Farias colocou a possibilidade de ser utilizado o espaço do IASC, o que não acarretaria
409 gastos com o local. Também propõe o nome de Lúcia Lira para facilitadora. A proposta foi
410 aceita por unanimidade, sendo que, além das datas já propostas, foi também colocada a
411 data de dezesseis e dezessete. As datas serão apresentadas pela Secretária Executiva
412 Sílvia para Lúcia Lira para ver qual data seria viável para a mesma. A Presidente Lourdinha
413 se desculpou porque deixou passar uma fala da Conselheira Elizabete, passando
414 imediatamente a palavra para esta conselheira que precisa constar em ata esta fala que diz
415 respeito à alteração da Lei do CMAS. Elizabete explicou que desde outubro foi colocada
416 uma minuta de mudança da lei, e que houve um equívoco a respeito da revogação de uma
417 lei, e desde novembro que se vem pedindo uma posição da área jurídica e não teve ainda
418 esse retorno. Destaca que essa lei revogada é de extrema importância para o CMAS. Foi
419 repassado então para a Secretária Sílvia o texto que deverá ser incluído na presente ata. **O**
420 **texto é o que se segue: “Sobre a atualização da Lei CMAS (Lei 17.538/2009), a**
421 **Conselheira Elizabete Duarte, em decorrência do assunto tratado na reunião na**
422 **reunião do pleno no dia 23/10/2015, linha 43, e que foi verificado o equívoco da**
423 **revogação da referida lei, através da lei 18.026/2014, necessitando portanto a imediata**
424 **correção por parte da SDSDH, solicita a posição do andamento desta correção que até**
425 **a presente data não foi verificada. Sílvia deverá obter as informações para a próxima**
426 **reunião ser comunicado aos membros deste conselho.** A conselheira ainda pediu que
427 fosse destacado que pode ser colocado na presente ata ou na de dezembro, mas que
428 conste que a mesma vem trazendo esta questão. Nesse sentido a Presidente Lourdinha
429 comentou que na manhã de hoje teve um encontro com a Secretária da SDSDH, Sra. Ana
430 Rita, para cobrar uma posição do jurídico, o que considera fundamental. Destaca ainda que
431 foi um equívoco, um erro humano, mas que se faz necessário correr, já que tem prazos.
432 Explicou que o posicionamento da Secretária é de concordância, no entanto, a mesma
433 acredita que serão pedidas vistas em face das mudanças propostas na composição. A
434 Conselheira Ana Farias fez um aparte considerando que existe uma lei federal, que é maior
435 do que a Lei do CMAS e que é muito clara em relação à composição. Ainda chamou a
436 atenção para o fato de que já houve pronunciamento de membros do Ministério Público,
437 entendendo que o MP é também órgão de Controle Social, não havendo portanto sentido
438 para constar na composição do CMAS. Na mesma linha Ana Farias complementa que a
439 Câmara também é órgão de controle social, portanto, não há sentido nesta manutenção.
440 Segundo Ana Farias, provavelmente essa composição deve existir apenas aqui no Recife,



441 tanto no CMAS como no COMDICA. Passou-se ao quinto ponto de pauta que são: **5.**
442 **Informes Gerais** – a Conselheira Ana Farias trouxe um informe sobre o incêndio ocorrido na
443 Vila Santa Luzia, informando que o IASC está acolhendo cento e setenta e quatro pessoas,
444 vítimas do incêndio em duas unidades. Sendo a maioria no Gusmão, onde também em sua
445 maioria estão crianças e mulheres e no Engenho do meio, que na sua maioria se encontram
446 homens. Foi armado um esquema para que as crianças sejam levadas à escola, sendo
447 providenciado transporte para conduzi-las juntamente com as mães. Destaca que não houve
448 morte neste incêndio. A Conselheira Lúcia quis saber a respeito de doações, porque foi dito
449 que o IASC está recebendo. Ana Farias confirmou que estão recebendo, mas não, roupas e
450 sapatos, porque cria uma situação complicada, visto que “as pessoas aproveitam essa hora
451 pra se desfazer do que não presta”. E pede desculpas para referir: “mulambo” e “roupa suja”.
452 Então tem sido divulgado na imprensa que estão recebendo doações preferencialmente de
453 limpeza, material de higiene pessoal e alimentos não perecíveis. As doações poderão ser
454 entregues no IASC, no horário comercial e no Gusmão. Indagada sobre o auxílio moradia
455 Ana Farias respondeu que houve uma primeira reunião e, considerando que o incêndio
456 aconteceu há oito dias, nesse primeiro momento se faz o cadastramento, considerando que,
457 em momentos como este, pessoas aproveitam pra se infiltrar, de modo que está sendo feita
458 uma triagem para poder determinar o auxílio moradia e a pecúnia. MARIA ANGELA
459 OLIVEIRA SOUZA, Gerente Geral do SUAS pediu para trazer mais informações, visto que
460 participou dos esforços e do cadastro para atender as pessoas vítimas, que são identificadas
461 por fazerem parte do chamado Casarão do Cordeiro. Destacou que existe um grupo que não
462 foi vítima do sinistro, moradores do entorno, inclusive pessoas que pertencem a um grupo
463 que luta por moradia, famílias que vivem num casarão, que é conhecido como casarão do
464 cordeiro, de modo que é trabalho importante selecionar e prestar assistência a quem
465 realmente pertencia ao local onde ocorreu o sinistro, para não incluir pessoas que até já são
466 contempladas por auxílio moradia. Foi fornecido alimento, cestas básicas e colchões no
467 primeiro momento para as pessoas vitimadas. Lembrou que este é um trabalho feito bem
468 afinado com as lideranças do local e muito complexo. Outro informe trazido por Ana Farias
469 diz respeito ao processo iniciado no dia de ontem, em Brasília – DF um encontro para
470 avaliação e sistematização dos resultados da Conferência Nacional de Assistência Social
471 para construção do Plano Decenal, do coordenada por Márcia Lopes. Por fim informou que
472 dia vinte e quatro, uma quarta-feira, o IASC está fazendo uma apresentação do resultado de
473 seus trabalhos no ano de dois mil e quinze e estabelecimento das prioridades para dois mil e
474 dezesseis. Tudo indica que vai ser feito esse trabalho junto com a Secretaria. Na
475 apresentação do planejamento, dia vinte e quatro, no Museu do Forte das Cinco Pontas, às
476 nove horas da manhã. Ana Farias expõe que gostariam de contar com uma representação
477 do CMAS. O Conselheiro Osvaldo irá representando o CMAS e a Conselheira Maria do
478 Livramento (Lívia) também tentará ir. A Conselheira Telma convidou todos/as os/as
479 conselheiros/as para um Seminário sobre Aprendizagem, promovido pelo CIEE, no dia oito
480 de março, no horário das nove horas ao meio dia, no Mercury Mar Hotel – Boa Viagem. A



481 conselheira explicou que o convite formal está sendo finalizado e será enviado por e-mail
482 para a Secretaria Executiva que irá repassar para todos/as, de modo que poderão se
483 inscrever respondendo ao próprio e-mail. A finalidade desse seminário é avaliar como anda
484 esse processo de aprendizagem, no nosso estado e em nível nacional, do ponto de vista da
485 garantia da inserção do jovem na aprendizagem, como é que está, qual é o potencial do
486 estado e como pode se articular junto aos conselhos, junto às instituições pra oportunizar
487 maior inserção no mundo do trabalho. O público constará de empresários, membros de
488 conselhos, órgãos de controle social, Ministério Público, pensando em um debate
489 consistente, entendendo que a aprendizagem hoje se configura com grande potencial para
490 inserção do público mais vulnerável, tais sejam, público do trabalho infantil, ou público em
491 cumprimento de medidas sócio-educativas, pessoas com deficiência, segundo Telma, são
492 esses principalmente que tem vindo em número cada vez maior para atendimento no CIEE.
493 Então a idéia é discutir formas de se articular e se mobilizar para fortalecer a aprendizagem
494 no nosso estado. Foi perguntado se esse seminário está baseado em alguma pesquisa, ao
495 que a conselheira respondeu que será um debate e que trarão alguns dados em nível de
496 estado e em nível nacional para abrir a discussão. Foi dada a oportunidade para o novo
497 conselheiro que veio substituindo o Conselheiro Antonio Muniz, representando a APEC, o
498 senhor Roberto José, que também convidou todos/as para a comemoração dos trinta e três
499 anos da APEC, na próxima sexta-feira, dezanove de fevereiro, às quinze horas. A
500 Presidente Lourdinha deu as boas vindas ao Conselheiro Roberto e o orientou a procurar a
501 secretária Silvia para poder se integrar a uma ou mais comissões do CMAS. O próximo
502 informe será dado por Thereza Antunes que comunicou que a ASPAD está completando
503 trinta anos de atividades no próximo dia vinte e oito de fevereiro, destacando a importância
504 desse trabalho, para ela própria, como mãe de pessoa com deficiência intelectual e para os
505 demais envolvidos. Destacou ainda que esses trinta anos serão comemorados ao longo do
506 ano, que foi iniciado com um bloco, continuando haverá uma reunião amanhã, em conjunto
507 com a Secretaria de Direitos Humanos, para realização de um seminário, previsto para o dia
508 vinte e um, ainda será definido o horário. Destacou ainda que a associação tem
509 desenvolvido o trabalho através de mais de quinze grupos, em diferentes faixas de idade e
510 tempo de envolvimento com a associação. Continuando a programação desse mês, está
511 prevista uma grande passeata nos dias dezanove e vinte, com panfletagem. A conselheira
512 ainda expôs uma idéia para arrecadar material de higiene para ser doado às vítimas do
513 incêndio na Torre, um evento de contação de história, num clube, cuja entrada seria a
514 doação desse material. A Conselheira Thereza consultou a pertinência dessa idéia à
515 Conselheira Ana Farias, visto a mesma estar diretamente envolvida na assistência a esses
516 usuários através do IASC, o que a mesma agradece e considerou uma excelente iniciativa e
517 que será necessário enquanto houver gente acolhida. Por fim, ainda relatou que no dia
518 dezoito de março haverá um Mutirão Conte Comigo, o dia inteiro, no Parque Treze de Maio,
519 organizado por Mônica Barrada, gestora da Secretaria de Desenvolvimento e
520 Empreendedorismo da Prefeitura do Recife . Para esse mutirão precisa fazer inscrição.



521 Quanto ao evento de contação de história destacou após o mesmo haverá uma discoteca. A
522 Conselheira Thereza reforçou o convite para a participação de quem puder, em vista do
523 número reduzido de amigos que os usuários da entidade podem contar. O Conselheiro
524 Osvaldo que iniciou pedindo desculpa por ter chegado atrasado e justificando que está
525 assessorando uma nova instituição que está sendo formada e ficou preso no cartório, em
526 Olinda, onde precisou tomar algumas providências. Informou que, na qualidade de
527 convidado do Fórum de Usuários da Assistência Social recebeu um convite para participar
528 do Planejamento Estratégico da Entidade Âncora do FNUSUAS – Fórum Nacional de
529 Usuários da Assistência Social, que vai acontecer nos dias dezoito e dezenove de fevereiro,
530 em Belém/PA, então o conselheiro estará representando o CMAS – Recife no citado evento
531 que é da responsabilidade do MDS e é quem está patrocinando a ida. Osvaldo se colocou à
532 disposição para integrar as comissões do CMAS e foi orientado por Lourdinha para procurar
533 Sílvia. Ana Farias sugeriu que o mesmo se integre à Comissão de Articulação e Política,
534 especialmente porque precisa abrir a discussão e estimular a participação dos usuários. A
535 Conselheira Rejane também compareceu e justificou que também chegou atrasada devido à
536 dificuldade de mobilidade na cidade. A mesma informou que está envolvida com a
537 construção do Fórum de Gênero em nível municipal e estadual, junto à universidade e junto
538 ao movimento popular e ao movimento de bairro e algumas organizações que lidam com
539 essa questão de gênero. A próxima reunião será trinta de março, a conselheira ressaltou
540 que o fórum acontece em um bom momento, logo após a Conferência das Mulheres, que
541 acontecerá de quinze a dezoito de fevereiro, da qual a conselheira irá participar como
542 convidada. O fórum ocorrerá no dia trinta, a partir das dez horas da manhã, na Universidade
543 Federal, no GEMA, um núcleo de pesquisa, e na ocasião estará sendo dialogada a questão
544 de gênero, com diversos/as participantes. Outro informe se trata de uma agenda nos bairros
545 tratando ‘o aborto dos homens’, como chama a situação em que os homens abandonam as
546 companheiras quando se vêem diante da situação de bebês com microcefalia. Esta
547 discussão será feita através da Articulação de mulheres nos bairros. A conselheira ficou de
548 colocar no Whatsapp do CMAS as informações detalhadas. Outro informe de Rejane diz
549 respeito ao Prêmio Nacional de Cultura que ganhou o Bloco Cidadania e Folia, do qual a
550 mesma faz parte, cujo tema este ano foi: “Nós negras”. Ainda fez um convite para que
551 todos/as compareçam no dia doze de março à entidade Cidadania Feminina para conhecer
552 e participar de um mutirão seguido de almoço, a qual a referida conselheira representa, que
553 fica no Córrego do Euclides, no Alto José Bonifácio. Também os detalhes desse evento e
554 endereço serão enviados para o Whatsapp do CMAS. A Conselheira Maria do Livramento
555 (Lívia) trouxe o informe sobre o Mutirão Governo Presente que acontecerá nos próximos
556 dias dezoito e vinte do corrente mês, na Casa de Frei Francisco, que disponibiliza toda a
557 documentação para a população. A representante da CasaRosa pediu licença para fazer
558 um convite para o dia oito de março, quando estará acontecendo à tarde o primeiro bingo
559 daquela entidade em prol da CasaRosa, na Arcádia de Boa Viagem. O convite formal
560 também será enviado para o e-mail do CMAS. A Presidente Lourdinha colocou ainda a



561 palavra à disposição para algum informe e a Conselheira Lúcia, que é da saúde, lembrou a
562 importância do uso de repelente em face da epidemia que assola a nossa cidade. Esgotada
563 a pauta e nada havendo a tratar, a Presidente Lourdinha encerrou a reunião às dezesseis
564 horas. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Silvia Marroquim, Secretária
565 Executiva do CMAS, redigi e digitei a presente ata, que, após lida e achada conforme, será
566 aprovada pelo Pleno do CMAS.